

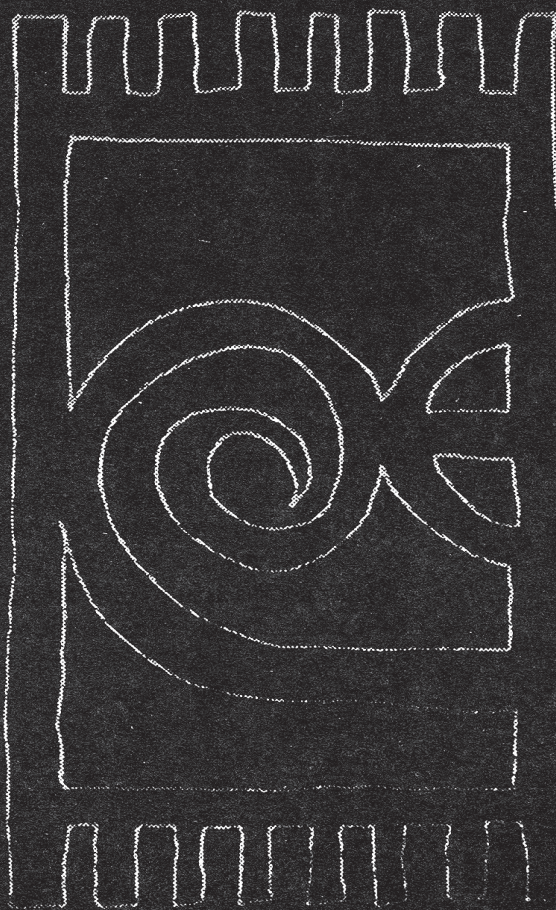




KABENGELE MUNANGA

# África

Trinta anos de processo  
de  
independência





**A**o pretaciar o livro *L'Afrique Étranglée*, de sua autoria junto com o professor René Dumont, Marie-France Mottin começa por uma bela pergunta: afinal o que é a África? (1) Esta pergunta, dirigida a todos que discursam, falam e se interessam pela África (intelectuais, políticos, jornalistas, etnólogos, homens de negócio...), encontra sua resposta numa série de caricaturas.

Para alguns, embora vivendo no século XX, a África é ainda um país indiferenciado e uniforme. Para os amadores de mapas geográficos, a África é essa coisa imensa e vaga, uma massa compacta no pé da Europa, um reservatório inesgotável de diversos minérios, de bananas, amendoim e outras culturas exóticas. Os intelectuais ocidentais que nunca visitaram a África a imaginam como uma imensa terra virgem onde poderiam à vontade projetar seus sonhos de revolução frustrados e impossíveis na sua terra. Os meios de comunicação de massas apresentam a África como se ela fosse apenas uma seqüência de acidentes: guerras étnicas ou de secessão (Biafra, Katanga), histórias de diamantes, massacres de crianças. De vez em quando, laconicamente os telex falam de golpe de Estado, de fome, etc. Tem-se a África mais tranqüila dos etnólogos, observadores e conservadores das sociedades "primitivas", contempladores de *status quo* e nostálgicos do passado. Tem-se a África dos turistas, amadores do sol tropical, que geralmente não enxergam grande coisa a não ser o vago exotismo e as belas piscinas dos hotéis Hilton e outros clubes. Tem-se a África dos negociantes e rapaces, acostumados a viver sem escrúpulo num continente onde o roubo e a pilhagem é uma tradição que remonta ao princípio da colonização. Tem-se também a África mais modesta e melancólica dos expertos das Nações Unidas e outras instituições internacionais, os que afogam a realidade numa linguagem codificada, numa linguagem de computador que serviria indistintamente tanto para a América Latina quanto para a Ásia do Sul.

Todas essas caricaturas, cuja enumeração não podemos esgotar, fazem esquecer o essencial: a África feita de africanos. Pois bem! A África, esse bolo cortado a partir do exterior por poderes cúpidos, é também gente. São povos cortados por fronteiras

arbitrárias de acordo com os interesses das grandes potências coloniais presentes na Conferência de Berlim (25 de novembro de 1884 a 16 de fevereiro de 1885). São sociedades negadas e demolidas por um desenvolvimento imposto que, diz-se com certa razão, não deu certo. São pastores e guerreiros nômades, a quem a colonização tentou impor a prática de agricultura; são milhões de agricultores que vivem do solo e cuja maior preocupação é a sobrevivência, a busca de água e de lenha para a cozinha. São também jovens, desenraizados por uma educação à ocidental, e que tentam fugir das trivialidades do cotidiano tradicional. São finalmente as elites de quem se fala tão mal, desorientadas pelos sonhos nascidos na Europa e que querem desesperadamente retomar o lugar do antigo colonizador para esquecer os séculos de humilhação e recuperar sua identidade.

Tanto os melhores especialistas da África como os próprios africanos encontram dificuldades em abordar a realidade desse continente sem cair nos clichês e estereótipos estabelecidos e sedimentados desde os remotos tempos da colonização. Conscientes dessa dificuldade apesar de nossa origem africana, pretendemos neste artigo apenas divagar sobre alguns aspectos dispersos da situação dos países africanos após as independências.

Com efeito, a maioria dos países da África tropical acedeu à independência entre



JOVEM, GUINE

**KABENGELE  
MUNANGA** é professor  
do Departamento de  
Antropologia da USP.

1 René Dumont e Marie-France  
Mottin, *L'Afrique Étranglée*,  
Paris, Editions du Seuil, 1980,  
pp. 12-5



1957 e 1968. Salvo exceção, essa independência não foi adquirida pelas armas como aconteceu na Argélia e como acontecerá mais tarde na África portuguesa, mas sim pelas campanhas políticas organizadas, feitas de manifestações de rua, de greves gerais e de boicote: acompanhadas de delicadas negociações políticas.

Potência colonial atrasada, o Portugal de Salazar teve de enfrentar guerras de libertação que levaram à conquista da independência de Angola, Moçambique, Guiné-Bissau, das ilhas de Cabo Verde e de São Tomé e Príncipe (1974-75). O processo foi retardado na África britânica pela oposição virulenta dos colonos brancos que declararam unilateralmente a independência da Rodésia do Sul em 1965 que finalmente tornou-se independente sob o nome de Zimbábue em 1980. A Namíbia foi o último país africano a obter sua independência em 1990, após longa ocupação sul-africana. O Saara, ocupado pelo Marrocos depois da retirada dos espanhóis, é o único país ainda em luta pela independência. A Eritreia, oficialmente considerada pela Organização da Unidade Africana (OUA) como uma província da Etiópia, é um caso à parte. Colônia italiana desde o fim do século XIX, ela foi anexada pela Etiópia ao conjunto do seu território após cinco anos da ocupação deste pela Itália fascista. Se for reconhecida a separação da Eritreia cuja guerra já dura trinta anos, o princípio fundamental que regula as relações entre os Estados membros da OUA, ou seja, o respeito das fronteiras herdadas da colonização, sofrerá sua primeira exceção.

Na realidade, o processo da independência da África tropical levou trinta e três anos a contar da independência do Gana em 1957 até a da Namíbia em 1990. Trinta anos é o tempo médio de uma geração - é uma pausa da história -, um tempo médio conjuntural que significa no mesmo tempo muitas coisas na vida das pessoas, notadamente no plano econômico, e poucas coisas no longo processo das estruturas sociais, políticas, mentais, demográficas, etc... outrora motores da história e às vezes freios difíceis de quebrar (2).

O que significou a independência africana em termos concretos, ou seja, qual é o balanço crítico dos trinta e três anos de processo? Durante as campanhas anticolonialistas e os anos de luta, a independência soava para as grandes massas como uma palavra mágica. Poder, riqueza, conforto, vida fácil



MASAI

e de melhor qualidade, outrora reservados aos únicos colonizadores, mudariam automaticamente de mãos após a proclamação da independência. O tom dos discursos e pronunciamentos feitos por alguns líderes nacionalistas durante a campanha prefigurava essa força mágica atribuída à independência. Naquela euforia geral dos anos 60, talvez não fosse o momento, na cabeça das massas, de pensar nas dificuldades de aprendizagem em autogovernar-se, nas de dominar os sofisticados mecanismos de relações internacionais (econômicas, diplomáticas...). A independência significava, a justo título, para todos, o fim das barreiras sociais e raciais, a desmitificação da inferioridade natural dos africanos e o desmantelamento do velho espectro da superioridade natural do branco. Representava um momento de ruptura entre um passado de humilhação, de desumanização, de exploração e um futuro diferente a ser construído.

Mas a partida no caminho da construção desse futuro diferente foi bem feita? Em 1962, René Dumont publicou um livro

2 Catherine Coquery-Vidrovitch, "Trente Années Perdues ou Étapes d'une Longue Évolution", in *Afrique Contemporaine*, trimestriel n° 164, octobre-décembre 1992, p. 5.



corajoso: *L'Afrique Noire est Mal Partie* (3). Esse livro não agradou à maioria dos dirigentes da África negra independente. No entanto, apesar das críticas positivas reconhecidas pelo próprio autor, muitos fatos por ele levantados se confirmam e lhe dão razão nestes trinta e três anos do processo. Vamos aos fatos.

Na cabeça das elites dirigentes estava, sem dúvida, a consciência do atraso que o continente tinha em matéria de desenvolvimento em relação à Europa. Essa consciência chegou a ponto de tornar-se um complexo de inferioridade contra o qual devia-se lutar. O caminho era o único que lhes foi ensinado pelo antigo colonizador: a educação, a industrialização, a ciência e a tecnologia. No estabelecimento das metas rumo ao desenvolvimento, o setor primário, isto é, a agricultura, foi deixado na última posição. Daí o primeiro ponto da má partida apontado no livro de René Dumont. Alguns anos depois da independência, a produção de alimentos, embora tivesse aumentado ao ritmo de 1,7% ao ano, não acompanhou o crescimento demográfico que atingiu a taxa de 2,6%. As produções comercializadas do então Daomé recuaram de 10 a 53% entre 1957 e 1963. Do Senegal ao Chade a zona da savana mergulhou na miséria (4).

A escola foi sem dúvida uma base essencial, a primeira no desenvolvimento da Europa, da América, do Japão, da União Soviética, da China. Para a maioria das crianças africanas das cidades e dos campos, a escola representa uma outra realidade: é antes o meio pelo qual elas podem ter acesso à casta privilegiada dos altos funcionários públicos e outros. Nos cantos mais recuados do continente, cada criança pensa que o funcionário de mãos lisas ganha mais dinheiro sem grande esforço. Os filhos de agricultores encorajados por seus pais deduziram logo a impossibilidade de uma real promoção social na profissão agrícola. Assim, o número de jovens que, depois de ter passado três ou quatro anos na escola, aceita voltar à terra é geralmente ínfimo (5). Durante a colonização, quando a taxa de escolarização era mais baixa em certos países (8 ou 10%), o trabalho de jovens no campo era mais tolerável do que hoje quando ela atingiu 60 ou 80% em alguns países. As ruas das cidades e as favelas são cheias de jovens diplomados e desempregados que vão engordar o número de parasitas e marginalizados. Uma tal concepção da escola,

onde o ensino de primeiro grau prepara ao segundo que prepara ao superior arrisca comprometer o desenvolvimento econômico equilibrado do continente. Além disso, esse ensino, apesar de ter introduzido algumas inovações, tais como o ensino das culturas, civilização e história africanas, apesar de ter eliminado dos manuais do ensino primário a frase "nossos ancestrais gauleses tinham cabelo louro e olhos azuis", é ainda um ensino não-adaptado, não-descolonizado totalmente; um ensino livresco desligado da produção e dos verdadeiros problemas nacionais; um ensino que cava um fosso entre as massas camponesas e a elite instruída.

Com a independência, o efetivo dos serviços administrativos dobrou, triplicou e quadruplicou em todos os países africanos. Criou-se uma casta privilegiada de ministros, deputados, altos funcionários e oficiais do exército. A principal "indústria" dos países africanos é, atualmente, a administração, cuja improdutividade é incontestável. As despesas de pessoal absorveram 78% do orçamento do Congo e 64% do de Daomé em 1964. Nesses países, as despesas ultrapassam o total dos recursos fiscais propriamente ditos. Os países da ex-África francesa totalizam 15 governos de mais de 150 ministros, com centenas de membros de gabinete, com milhares de parlamentares. No entanto, esses países em seu conjunto são menos povoados e menos ricos que a ex-metrópole. Somente o Gabão, com seus 450.000 habitantes em 1960, tem 65 deputados, na relação de um por 6.000 habitantes contra um por 100.000 na França. Cada membro de gabinete dispõe de um automóvel com chofer. As despesas da Presidência, do Parlamento e dos ministros gaboneses representam, em relação à renda nacional daquele país, mais do que a corte de Luís XVI, em 1788, em relação à renda francesa da época.

De acordo com Fraz Fanon, a burguesia nacional que toma o poder no fim do regime colonial é uma burguesia subdesenvolvida, de potência econômica quase nula..., não orientada à produção, à invenção, à construção e ao trabalho... Ela mergulhou com alma tranqüila na via horrível, antinacional de uma burguesia baixa, besta e cinicamente burguesa (6). Nacionalização para ela significa mera transferência aos autóctones dos direitos herdados da época colonial... Seus enormes benefícios não são reinvestidos em seus países, mas sim con-

3 René Dumont, *L'Afrique Noire est Mal Partie*, Paris, Editions du Seuil, revue et corrigée, 1973.

4 René Dumont, *op. cit.* p. 7

5 *Idem*, *ibidem*, pp. 66-70

6 Fraz Fanon, *Les Damnés de la Terre*, Paris, F.M.P. Petite Collection Maspéro, 1992, p. 96



fiados aos bancos estrangeiros. Somas importantes são utilizadas em despesas de aparato, em carros, em vilas. De modo que se criou na África uma burguesia de um tipo novo, de função pública, que Karl Marx não pôde prever. Para a maioria das elites africanas, a independência consistiu em tomar a posição dos brancos e gozar das vantagens exorbitantes até então concedidas aos coloniais. Os carros luxuosos importados foram multiplicados por dez depois da independência. A corrupção já conhecida no meio colonial tomou proporções assustadoras em muitos países.

A economia africana é, desde a colonização, uma economia orientada e controlada do exterior. Sua infra-estrutura é ainda colonial apesar dos esforços de alguns dirigentes conscientes. A velha ordem econômica internacional se mantém apesar dos discursos e das declarações feitas nos foros mundiais para transformá-la numa “nova ordem”, que repartiria eqüitativamente as riquezas do mundo. A pilhagem da África, que começou com o tráfico negreiro, a escravidão e a colonização, se prolonga hoje através da chamada “troca desigual”: o preço muito baixo das matérias-primas agrícolas e minerais em contraposição ao superfaturamento dos produtos e bens de consumo e de equipamentos produzidos pelos países desenvolvidos. Fretes, corretagens, bancos, comissões comerciais, patentes, transferência de tecnologia e outros truques “invisíveis” renovam e reforçam as formas de exploração. Através da chamada cooperação euroafricana, os países europeus importam a mão-de-obra barata quando precisam, pagando-lhe salários baixos e desrespeitando as leis trabalhistas reservadas aos únicos trabalhadores europeus. As multinacionais transferem para os países africanos tecnologias já amortecidas nos países ricos sem preocupar-se em saber se essas tecnologias se adaptam a suas necessidades (7). Os equipamentos sofisticados, europeus ou japoneses, atraem os países africanos que, ao importá-los, são também obrigados a importar os técnicos especializados dos países de origem. Conseqüentemente, os artesãos são arruinados sem possibilidade de serem reempregados utilmente. O que vem piorar o quadro de “desemprego” já existente em todos os países da África negra. No Senegal, com uma população de 3.800.000 (em 1976), a indústria empregou apenas 29.000 assalariados, perfazendo um total de 45.000 oficialmente

inscritos como desempregados. Pode-se prever a catástrofe provocada pelo desemprego quando sabe-se que cada trabalhador tem em média dez bocas a alimentar (8).

Apesar da resistência cultural popular em todo o continente, tudo que o homem branco traz ao africano é sem a mínima discussão aceito e reconhecido como melhor e superior, a começar pelo modelo de desenvolvimento. As elites africanas se comportam como se fossem já convencidas de sua incapacidade e da de seus povos em inventar um modelo adaptado a seu meio, a sua realidade econômica, a suas tradições e a seus valores culturais. A África adota um modelo de desenvolvimento que, de fato, favorece sua exploração. O modelo de consumo, também importado, tem um preço tão alto que jamais será generalizado ao conjunto da população. As elites “ocidentalizadas” no poder se dão o luxo de consumir mais do que as elites dos países ricos. É por isso que as culturas de exportação são privilegiadas, porque garantem as divisas necessárias para satisfazer seus desejos de luxo e de prestígio. De modo geral, este tipo de cultura recebe mais créditos, subsídios e conselhos técnicos do que as culturas fornecedoras de víveres geralmente mal - organizadas, sem transporte e sem infra-estrutura adequada. Muitas vezes é mais fácil importar de avião as maçãs, laranjas e milhos da África do Sul do que transportar para os centros urbanos os produtos mais baratos dos campos e aldeias, que ali apodrecem por falta de caminhões e por causa do estado lastimável das rodovias e outras vias de transporte. O resultado disso tudo é o crescimento da má nutrição e da fome até nos próprios campos abandonados por jovens, sem falar da fome provocada pela seca e pela guerrilha (Sahel, Etiópia, Somália, Moçambique, etc.) que são as únicas comentadas pela imprensa e mídia ocidental. Não surpreende mais o apoio e a falsa amizade entretidos entre as antigas metrópoles e as elites africanas no poder, apesar destas serem acusadas, com razão, de fascistas, ditatoriais, sanguinárias, ladras e antidemocráticas. Elas servem de intermediários e de testas-de-ferro para garantir o prolongamento dos laços econômicos e políticos privilegiados que permitem a dominação imperialista (9).

A questão da democracia e da construção de um Estado-Nação no modelo ocidental é uma das mais cruciais na África hoje. Pensava-se, no início dos anos 60, que

7 René Dumont e Marie-France Motin, op. cit., p. 21-2.

8 Sally N'dongo, *Coopération et Néo-Colonialisme*, Paris, FM Petite Collection Maspero, 1976, p. 8.

9 Ler a esse respeito: “Uma Teoria Estrutural do Imperialismo” de Johan Galtung, in *Lecturas do Imperialismo Hoje*, Lisboa, Iniciativas Editoriais, 1977, pp. 17-87.







a transferência do poder era apenas um problema de constituições. Estas foram elaboradas nos modelos ocidentais (bicameralismo e presidencialismo) e dadas de presente aos africanos na véspera das independências de cada país. Esqueceu-se que a democracia era uma invenção e uma conquista ocidental e que não fazia parte das concepções de mundo das sociedades africanas tradicionais, além do fato de que os próprios sistemas coloniais não a aplicaram aos africanos durante a vigência da dominação, salvo raras tentativas nos últimos anos da colonização (Senegal, Nigéria, Gana) (10). A maioria dos nacionalistas africanos acreditava na construção de um Estado-Nação e de uma ideologia nacional. Personalidades importantes como Nkrumah do Gana, Ahmed Sékou-Touré da Guiné, Julius Nyerere da Tanzânia e outras consagraram muitos esforços a esse respeito. Apesar de sua vontade e de suas ilusões, a resposta obtida até hoje tem sido em toda parte autoritária e militar. Desde o primeiro golpe do Egito em 1952, seguido dez anos depois pelo golpe do general Eyadema no Togo em 1963, os golpes foram acontecimentos mais frequentes no continente. Só na África ocidental foram perpetrados 33 golpes até 1985 e a lista não termina aí! Em 1976, vinte dos quarenta e um Estados africanos eram governados por poderes militares ou pelos civis em estreita associação com os militares. No início dos anos 80, o regime militar tornou-se uma regra em toda África em vez de ser uma exceção. O exército confirmou-se como a única força capaz de realizar a ideologia nacionalista preconizada pelos antigos líderes, como a única força moral capaz de lutar contra os defeitos dos governos civis (corrupção, inflação, desemprego, paralisia administrativa, etc.). Os fatos mostram que os militares, além de incompetentes, não foram menos corruptos que os dirigentes civis. No entanto, as potências estrangeiras (européia, americana, russa, chinesa, etc.) tiveram a tendência de apoiá-los como os únicos responsáveis pela "ordem social", ou melhor, por seus interesses no continente. Só desse ponto de vista que podemos explicar a duração dos regimes mais fascistas como o de Mobutu Sese Seku do Zaire, no poder desde 1965, quando sabe-se que os americanos e seus aliados europeus têm força suficiente para derrubar ou eliminar qualquer um quando querem. Quantas vezes a França interveio militarmente na África para salvar regimes

impopulares, fascistas e corruptos, independentemente de estarem no poder dirigentes socialistas ou conservadores (François Mitterrand manteve a mesma política do conservador Giscard d'Estain).

De 1950 a 1980, a população africana triplicou, e de 1980 para cá seu crescimento passou majoritariamente a ser urbano. Hoje mais de um africano a cada três moram na cidade, o que é uma porcentagem superior a da Ásia em sua totalidade (11). Essa evolução demográfica não deixa de criar enormes problemas. Com efeito, a maioria das cidades africanas têm de enfrentar grandes dificuldades. São paralisadas pela inexistência de transporte coletivo e pela intensidade da circulação dos carros que muito cresceu em desequilíbrio com a infra-estrutura existente mal conservada, pela poluição das águas, pela falta crônica de alimentos, pela penúria sempre crescente de infra-estrutura sanitária e escolar, pela falta de emprego, pelo aumento da violência e da delinqüência, etc. Os Estados deixaram de cumprir suas responsabilidades sociais em benefício dos cidadãos. Estes são obrigados a "se virarem" para garantir sozinhos suas moradias, suas estruturas sociais e sua sobrevivência, às vezes contra os poderes públicos. Este "se virarem" (expressão popular em muitos países) foi batizado de "informal", termo inventado em 1972 pela Organização Internacional de Trabalho e que designa todas as atividades econômicas não-redutíveis ao mercado capitalista ocidental. Embora o setor informal da economia africana não seja necessariamente uma solução a longo prazo, ele constitui hoje uma resposta complexa e essencial à sobrevivência das massas. Sem ele, dizem os relatórios internacionais, as populações africanas na sua maioria já teria morrido. De acordo com os dados da economia capitalista ocidental, a África não existiria mais nos



IFE. CABECA.  
MUSEU NIGERIANO

10 Catherine Coquery-Vidrovitch, op. cit., pp. 8-9

11 Jean-Louis Alibert, "Imagens Incertaines-Dossier Statistique", in *Afrique Contemporaine* op. cit., p. 29



mapas e nos computadores. Não há outra maneira para explicar sua população teoricamente morta e praticamente sobrevivente a não ser essa informalidade da economia, onde as regras de parentesco, a solidariedade do clã e, conseqüentemente, a redistribuição da renda e da miséria contribuem para atrasar a catástrofe. Isso não significa que a situação não esteja horrenda: fome, epidemias, desaparecimentos dos serviços públicos elementares, guerras civis e miséria aumentam. A África acumula atrasos em todos os domínios e parece cada vez mais escapar à lógica e aos cálculos ocidentais. Alguns pensadores racistas aproveitam desse quadro para relançar os velhos mitos da incapacidade natural dos africanos (negros) para se autogovernarem e inventarem seus próprios modelos políticos e econômicos.

Um dos problemas que aflige a África nos últimos trinta anos do seu processo de independência é a famosa questão dos conflitos étnicos, conhecida pelo grande público sob o vocábulo jornalístico de "tribalismo". Ao chegar no continente, os colonizadores encontraram povos de culturas diversas aos quais deram o nome genérico e pejorativo de "negros". Mas esses negros (expressão hoje consagrada) eram antes da colonização grupos étnicos diversos com escalas de valores e visões de mundo diferentes. Suas identidades num contexto contrastivo como auto-imagem e heteroimagem funcionavam normalmente. Havia relações de amizade e de hostilidade entre os povos. No último caso, as identidades interferiam como fator de unidade, de solidariedade e de coesão entre os membros do grupo. Com a conquista colonial, essas identidades tiveram novos problemas. As fronteiras em linhas retas traçadas a partir dos mapas na Conferência de Berlim dividiram vários povos, fragmentando suas identidades entre mais de um território nacional. Às vezes, o próprio contexto colonial deu origem a grupos que não existiam antes da penetração colonial e conseqüentemente a uma nova consciência étnica e a uma nova identidade (12). Essas identidades abafadas durante a colonização ressurgem com força no fim do regime colonial e principalmente em plena independência. Viu-se nascer, com base nas identidades étnicas, partidos políticos compostos em grande parte de membros de uma mesma etnia ou de etnias irmãs. Foi o caso no Zaire com os partidos como ABAKO (Associação

dos Membros da Etnia Bakongo); MNC/Kalonji (Movimento Nacional Congolais, liderado por Kalonji do grupo étnico luba da região de Kasai); BALUBAT (Partido do Grupo Étnico Baluba de Katanga); CONAKAT (Confederação dos Nativos de Katanga). Em Angola, os partidos como FNLA (Partido Nacional de Libertação de Angola), liderado por H. Roberto, ou ainda a viva Unita de Jonas Savimbi têm um conteúdo étnico inegável. A guerra de Biafra na Nigéria foi provocada por um movimento separatista composto dos membros das etnias ibo e ibíbio. Na África do Sul, os conflitos étnicos entre o Partido Inkata, liderado pelo chefe Butelezi da etnia zulu, e o ANC de Nelson Mandela, dominado pelos membros de etnias opostas aos zulus, prejudicam a união da luta de todos os povos negros daquele país contra o *apartheid*.

As identidades étnicas, embora realidades sócio-antropológicas incontestáveis na escala mundial, são sem dúvida sujeitas às manipulações ideológicas e neste sentido perigosas para as nações em construção, onde a consciência nacional deve ainda ser forjada. As manipulações das identidades podem ter, entre outras conseqüências, a divisão da luta de libertação e do território nacional (exemplos: Angola, Nigéria, Zaire, África do Sul, etc.). A questão crucial que se coloca aos dirigentes dessas nações em construção é como criar uma identidade nacional que se sobrepõe às identidades étnicas existentes e capaz de conter e de canalizar estas últimas no sentido de favorecer a unidade e a formação da consciência nacional. De outro modo, como criar uma identidade nacional sem prejudicar as identidades étnicas e regionais que são fontes de diversidades e portanto de riqueza cultural e no mesmo tempo ameaçadoras da unidade nacional, pois manipuladas política e ideologicamente na luta pelo poder?

A idéia de que a etnicidade não oferece uma base sólida para construir uma nação moderna levou a pensar que o Partido Único seria uma solução viável para impor as realidades políticas modernas baseadas na "Nação" em oposição ao "etnicismo" desestabilizador (13). Mas a experiência dos trinta anos de independência mostra que o Partido Único por onde existiu favoreceu mais o "etnicismo" do que a unidade nacional. As manifestações em favor da democratização que invadiram a África desde 1990 são provas de que o argumento unificador dos partidos únicos deva ser

12 *Lera ezazi respekti*: Jean-Loup Amselle e Elikia M'bokoto, *Au Coeur de l'Ethnie*, Paris, La Découverte, 1985, pp. 49-127.

13 François Gautier, "Tribus, Ethnies, Frontières", in *Afrique Contemporaine*, op. cit., p. 44.



examinado cuidadosamente.

As elites africanas têm tendência em explicar todas as dificuldades de seus países a partir dos fatores externos (colonialismo, imperialismo). Um tal argumento tinha alguma força na época colonial, mas hoje os africanos não podem continuar a eximir-se totalmente. Tanto as massas como as elites têm sua parte de responsabilidade nos males que afligem seu continente. A elite dirigente africana, salvo raras exceções, é corrupta e alienada; seu nacionalismo é de fachada, pois serve mais aos interesses estrangeiros e aos dela própria do que aos de seus países. Os verdadeiros nacionalistas e revolucionários foram logo mortos (Lumumba, Mondelena, Amicar Cabral, Marien Nguabi) ou estrangulados (Nkrumah, Sékou-Touré, Samora) pelo imperialismo ocidental com a ajuda dos próprios africanos.

Existe uma exploração interna, uma pilhagem sistemática do continente por seus próprios filhos em estreita colaboração com a exploração externa. Esta começou no século XVI com o tráfico negreiro e a escravidão dos africanos nas Américas. Estimase entre 40 e 100 milhões o número de africanos arrancados de suas terras durante os quatro séculos do escravismo. O peso dessa perda jamais atingida na história da humanidade tornou-se mais forte pelo fato de que os plantadores das Américas e os negreiros interessavam-se pelos elementos mais vigorosos e mais aptos ao trabalho. O continente africano que, como o europeu, teria representado a quinta parte da humanidade no século XVII, conta hoje com apenas a décima quinta parte da população mundial (14). As conseqüências do tráfico não se limitam apenas ao plano demográfico e econômico. As guerras intestinas provocadas pelo tráfico paralisaram o processo político, desorganizando completamente as sociedades que foram feitas vítimas; interromperam o processo de evolução dos reinos e impérios, até desmantelando alguns entre eles. Vem em seguida a colonização para fechar o quadro já piorado pelo tráfico e pela escravidão. Durante a colonização, não há mais pilhagem de homens e mulheres jovens que constituem a primeira riqueza de uma sociedade, mas sim a pilhagem das riquezas naturais acompanhada de expropriação do trabalho através das trocas desiguais. No passado, o desvio da mão-de-obra africana sistematizou-se pelo tráfico e pela escravidão que contribu-

íram para o crescimento das Américas. Mais tarde, achou-se mais fácil, moral e economicamente, utilizar essa mão-de-obra *in locus*, pelo trabalho forçado instaurado nas colônias européias da África. Hoje, a exploração da mão-de-obra africana realiza-se pela imigração não-forçada, mas organizada e encorajada. Há cerca de vinte anos, os países ocidentais não se limitam apenas a atrair os trabalhadores não-qualificados dos países do Terceiro Mundo, cuja presença tornou-se um grave problema com o fim do muro de Berlim e a integração no mercado capitalista dos trabalhadores do Leste europeu. Alguns entre eles, em primeiro lugar os Estados Unidos, mais engajados no processo de desenvolvimento científico e militar, se preocupam em recrutar no estrangeiro os especialistas que não conseguem formar em número suficiente em seu país. Daí nasceu o fenômeno denominado "*brain train*" na terminologia inglesa e que os franceses chamam de "*exode des cerveaux*", "*hémorragie de matière grise*" ou "*fuite des compétences*" (15). Os países industrializados realizam uma economia importante ao receber gratuitamente especialistas cuja longa formação nada lhes custou ou pouco lhes custou pelo curto tempo que passaram estudando ou se especializando. Segundo as estimativas, os Estados Unidos, principal aproveitador dos cérebros estrangeiros, teriam economizado cerca de quatro bilhões de dólares entre 1949 e 1967, o que representaria o custo de formação de 100.000 médicos, engenheiros e cientistas imigrados no período de 18 anos (16). Pelo contrário, os países do Terceiro Mundo são diretamente prejudicados cada vez que eles perdem um de seus especialistas, sendo mais fracos seus recursos financeiros. Às vezes, eles são obrigados a substituir o especialista nacional emigrado por um especialista estrangeiro de menor qualidade, e que lhes custa mais caro. A responsabilidade sobre o "êxodo de cérebros" não deveria ser atribuída aos únicos países beneficiários, ela cabe principalmente aos próprios países do Terceiro Mundo que não sabem aproveitar ao máximo o seu capital humano especializado. Os especialistas originários do Terceiro Mundo são freqüentemente menosprezados pela América do Norte e em proporção mínima pela Europa Ocidental, mas muitas vezes são obrigados a deixar seus países pela situação política, econômica e profissional ali lhes reservada. A África não é tão afetada pela

14 Walter Rodney, *Como a Europa Subdesenvolveu a África*, Lisboa, Seara Nova, 1975, p. 137.

15 Guy Hernet, "Les Grands Problèmes du Continent - L'Exode des Cerveaux", in *Jeune-Afrique* n° 524, 10 de janeiro de 1971.

16 "Us Brain Drain Saving", in *The New York Times* (int. ed.), 11 de abril de 1969, p. 9 apud Guy Hernet, *op. cit.*



fuga de cérebros se comparada aos países da América Latina e da Ásia. De qualquer modo, a situação é preocupante na medida em que os responsáveis africanos não se preocupam em controlar eficazmente o movimento de seus filhos qualificados cuja formação custou anos de sacrifícios financeiros.

A situação já complexa e complicada do continente negro conheceu, nos últimos dez anos, um outro agravamento: a aids. Sem dúvida, esta doença constitui uma grande preocupação para a humanidade, mas a Europa é mais alertada do que a África que é mais atingida. Nesse continente pobre, morre-se tanto que as mortes pela aids são simplesmente mortes entre tantas outras. A grande questão que se coloca é saber como serão as coisas na próxima geração. Os homens da cidade, os quadros médios superiores atuais, as mulheres, os jovens, as crianças podem permanecer com a vida, mas as futuras gerações serão as mais atingidas. O problema é muito grave e preocupante a curto e a médio prazo, mas o que podemos saber a longo prazo? É possível fazer uma analogia com a peste negra do século XIV no Ocidente e com a doença do sono na África do fim do século XIX aos anos de 1940. Num caso como no outro, embora em épocas diferentes, pelo menos um terço da população desapareceu nas zonas atingidas. Poder-se-ia citar também a gripe espanhola de 1919 que, embora tivesse apresentado um caráter mais pontual, fez desaparecer em um tempo recorde não menos de três milhões de africanos, atacando-se prioritariamente as mulheres grávidas e os homens jovens. Sem dúvida, o problema não é o mesmo, além do que nada se sabe ainda sobre as possibilidades da cura da aids. A peste negra que não era necessariamente mortal regrediu sem que se soubesse como curá-la, mas a doença do sono era fatalmente mortal como a aids (17).

O alcoolismo é também um dos graves problemas da África de hoje. Desde os primeiros contatos europeus com a costa africana, o álcool ocupa um espaço privilegiado entre as mercadorias traficadas entre os dois continentes (escravos, marfim, ouro, óleo de palmeira, plumas de avestruz, do lado africano; tecidos, bijuterias, tabaco, pólvora, armas de fogo e, o crime dos crimes, o álcool, do lado europeu). Quando cedeu seu território para Luiz Filipe em 1834, o rei da Abissínia recebeu em troca, entre outras coisas, seis peças de "água viva"

de 200 litros e quatro caixas de licores (18). Não há dúvida de que os africanos conheciam as bebidas fermentadas antes da chegada dos europeus. Mas eram bebidas com fraca porcentagem de álcool além de serem ricas em protédios e vitamina B12 (vinhos de palmeira ou de rafia: 4% de álcool; cerveja de milho: 4% em média). O alcoolismo acentua-se durante o tráfico e toma proporções mais perigosas com a introdução do alambique no Daomé em 1922. Oito por cento das importações da Costa do Marfim e nove das de Daomé em 1953 provêm das bebidas alcoólicas. Em 1954, o vinho e o álcool representam de 10 a 20% dos orçamentos urbanos da Costa do Marfim (19). De 1960 para cá, o consumo do álcool em todas as cidades africanas aumentou excessivamente junto com a prostituição das mulheres. Parte dos recursos financeiros roubados dos cofres públicos é gasta nas bebidas alcoólicas e na prostituição. O consumo do whisky e do champanhe é uma fonte de prestígio para as elites africanas, combinado com os carros luxuosos importados. Se é muito difícil levar dos campos para as cidades os produtos alimentícios por causa da falta de transporte e do mau estado das estradas, não é difícil encontrar bebidas alcoólicas importadas nos cantos mais afastados das aldeias africanas.

Concluindo: pergunta-se se o continente africano não é amaldiçoado por ter ele sozinho conhecido nos últimos cinco séculos as formas mais cruéis de exploração, de humilhação, de desumanização e de pilhagem jamais conhecidas na história da humanidade. Muito se esperava das independências como verdadeiro e digno caminho que levaria à libertação dos homens, das mulheres, dos jovens e das crianças desse continente. Hoje, a miséria e a pobreza generalizadas, a má nutrição, a fome, as guerras fratricidas atingiram níveis jamais conhecidos nem antes nem durante a colonização, a ponto de levar alguns nostálgicos a reavaliar positivamente a colonização em relação à independência. Os temas e teorias racistas engavetados nos anos 60 voltam a circular. Jamais os povos vivendo nos trópicos criaram uma grande civilização, diz-se, retomando os postulados baseados no clima já existente no século XVIII entre os filósofos iluministas. No entanto, a maioria dos arqueólogos contemporâneos, retomando as teses defendidas por Cheikh Anta Diop (20), reconfirma os estudos antigos do historiador Heródoto e dos egíptólogos

17 Catherine Coquery-Vidrovitch, op. cit., p. 16.

18 René Dumont, op. cit., p. 24.

19 Idem, *ibidem*.

20 Cheikh Anta Diop, *Nations Nègres et Cultures*. Paris: Présence Africaine, 1979.



Champollion, Maspero e Strabon sobre as contribuições negras na civilização egípcia.

Diante desse quadro geral calamitoso, totalmente degradante, triste, a grande questão que se coloca é saber se o continente africano é total e definitivamente derrotado, perdido, um continente a ser recolonizado (como se não bastasse a dominação mais inteligente e mais sofisticada através das relações econômicas), ou se ele tem alguma chance de saída e de salvação. Empréstimo o raciocínio da grande historiadora Catherine Coquery-Vidrovitch, a visão pessimista é a mais freqüente e infelizmente a mais plausível a curto prazo, pois o futuro coletivo da África, quer seja no domínio econômico, social ou cultural, é sombrio. As perspectivas a longo prazo são menos evidentes. O mesmo autor observa que tudo não pode ser pintado negativamente, pois, apesar de todas as dificuldades analisadas, a África realizou durante esses trinta anos de processo de independência uma certa renovação cultural e social. Com efeito, começa-se a descobrir uma cultura urbana em grande parte popular em pleno desenvolvimento - uma cultura mestiça que assimila técnicas ocidentais tais como as de pintura, uma cultura que recebe em troca a inspiração de músicas antilhanas ou norte-americanas outrora originárias da África; culturas literárias também pela transformação viva das línguas de colonização, que têm dado e continuam a dar origem não somente a um falar abundante e vigoroso, mas também a uma literatura escrita de qualidade, tanto em francês como em inglês e em português e futuramente em suaíli. O cinema africano, apesar de sua situação financeira miserável e seu esquecimento por parte dos grandes circuitos de distribuição, tem produzido um número não negligenciável de obras-primas. Os artistas contemporâneos, pintores, escultores, no mesmo momento enraizados na sua história e ávidos de participar do movimento artístico mundial, se revelam todos os dias. Dever-se-ia acrescentar a dimensão religiosa: a África como outras partes do mundo vive atualmente um surgimento abundante de seitas que podem ser interpretadas como estruturas informais de acolhimento, estruturas tranqüilizantes principalmente no contexto urbano mais atingido pelas mudanças. Nos últimos trinta anos, duas forças sociais cheias de promessas surgiram: os jovens e as mulheres. Uns e outros não eram

visíveis nas sociedades africanas antigas. Os jovens porque a senioridade ligada à sabedoria era o único valor reconhecido; as mulheres porque, embora maiores instrumentos de produção, ficavam dependentes dos homens. Hoje, a juventude é esmagadora nas cidades onde ela constitui três quartos da população urbana - o que representa também o risco de gerar uma cultura de violência diante da miséria cada vez mais crescente. Mas, como essa juventude tem cada vez menos escolha comparativamente às gerações precedentes, ela deverá ou morrer ou atacar de frente os problemas que fazem dela a grande vítima da sociedade. O papel da mulher conhece também um grande desenvolvimento porque são elas que investem maciçamente no setor informal da economia. Embora sua posição seja ainda delicada numa sociedade dominada por homens, trata-se de uma mudança social promissora e que mereceria uma atenção particular (21).

Não acreditamos ser possível em menos de um século a recuperação de um continente que viveu cinco séculos de pilhagem e de destruição sistemática (homens, riquezas naturais, culturas, cérebros humanos). A recuperação e a reconstrução do continente africano é uma questão a longo prazo, talvez daqui a três, quatro ou cinco gerações, por volta dos anos 2100 ou 2200. Esta reconstrução dependerá em primeiro lugar da seriedade e do trabalho dos próprios africanos, do seu gênio criador em buscar novos caminhos. O modelo de desenvolvimento importado da Europa está falido pois é incapaz de contemplar as massas africanas por seu preço muito alto. Nas duas últimas décadas, se falou muito da mudança da ordem econômica internacional em função de uma redistribuição equitativa da riqueza mundial concentrada nas mãos dos países ricos. Só mesmo os ingênuos para continuar a acreditar nas declarações políticas e diplomáticas enganosas. Supondo-se que, por passe de mágica, essa desordem econômica internacional batizada de "ordem" venha a ser estabelecida, pouca coisa mudará se não for destruída a desordem interna mantida, desde as independências, pelas próprias elites dirigentes africanas em colaboração com o imperialismo. Os obstáculos são inúmeros, complexos e monstruosos, mas de qualquer modo o futuro da África está antes de mais nada nas mãos dos próprios africanos. Se a geração atual é falida, alienada, corrupta e corruptível, às vezes sofrida, as gerações futuras poderão dar uma resposta digna.

21 Catherine Coquery-Vidrovitch, op. cit., p. 17.